



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

2ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual – 29.7.2021

Conflito de Atribuições nº 1.00371/2021-88

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Interessados: Roberta Cheregati Sanches; Vinícius Alexandre Fortes de Barros

Objeto: Ministério Público Federal no Mato Grosso. Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.014193/2020-82. Suposta comercialização de lotes adquiridos por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Possível crime de estelionato cometido por presidentes de diversas associações de trabalhadores rurais. Procuradoria da República no município de Juína. Promotoria de Justiça Criminal de Juara.

Decisão: O Conselho, por unanimidade, declarou a atribuição do Ministério Público Federal para conduzir a investigação materializada nos autos do Inquérito 311-08.2019.4.01.3606 (numeração do Ministério Público Federal), considerando-se válidos todos os atos já praticados, nos termos do voto do Relator. Não votaram, em razão da vacância do cargo, um dos representantes do Ministério Público Estadual, o representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o representante indicado pelo Supremo Tribunal Federal e o representante indicado pelo Senado Federal.

Ronise Falcão Loureiro Rego
Analista Jurídico